

POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO EM ASSEMBLEIAS

Constellation Investimentos E Participações Ltda

A. Definição e Finalidade

A presente Política de Exercício de Direito de Voto em Assembleias Gerais ("Política de Voto") disciplina os princípios gerais, as Matérias Relevantes Obrigatórias, o processo decisório e serve para orientar as decisões da Constellation nas Assembleias Gerais dos emissores de títulos e valores mobiliários que confirmam direito de voto aos Fundos de Investimento sob gestão da Gestora.

B. Princípios Gerais

A Gestora participará de todas as Assembleias ("Assembleias") Gerais dos emissores de títulos e valores mobiliários que confirmam direito de voto aos Fundos de Investimento sob sua gestão, nas hipóteses previstas em seus respectivos regulamentos e quando na pauta de suas convocações constarem as Matérias Relevantes Obrigatórias descritas nesta Política de Voto ("Matérias Relevantes Obrigatórias").

A presença da Gestora nas assembleias gerais é facultativa, em qualquer dos seguintes casos:

- a) Se a ordem do dia não contiver as Matérias Relevantes Obrigatórias;
- b) Se a Assembleia ocorrer em cidade que não seja capital de Estado e não existir possibilidade de Voto à Distância;
- c) Se o custo para Exercício do Voto não for compatível com a participação no ativo financeiro;
- d) Se a participação total dos fundos sob gestão for inferior a 5% (cinco por cento) do percentual de voto, desde que cada fundo não possua mais de 10% (dez por cento) do seu patrimônio no ativo financeiro;
- e) Se houver situação de conflito de interesse, ainda que potencial; ou
- f) Se as informações e os esclarecimentos obtidos na forma do Parágrafo Primeiro deste Artigo não forem suficientes para o Exercício do Voto;

Excluem-se desta Política de Voto:

- a) Fundos de Investimento exclusivos e restritos, conforme Tipo ANBID do fundo, desde que seus respectivos regulamentos contenham previsão expressa nesse sentido;
- b) Ativos financeiros de emissor com sede social fora do Brasil; e
- c) Certificados de depósito de valores mobiliários – BDR.

No exercício do voto, a Gestora deverá atuar em conformidade com a Política de Investimento dos fundos sob sua gestão, dentro dos limites do seu mandato e, se for o caso, da sua orientação de voto, responsabilizando-se diretamente perante os cotistas na hipótese de

extrapolação, abstendo-se de votar no caso de identificada, antes ou por ocasião da Assembleia, situação de conflito de interesse, ainda que potencial.

C. *Matérias Relevantes Obrigatórias*

Para os fins desta Política de Voto, considera-se "Matéria Relevante Obrigatória" para a participação da Gestora nas Assembleias (observadas as exceções previstas no acima):

No caso de ações, seus direitos e desdobramentos:

- a) Eleição de representantes de sócios minoritários nos Conselho de Administração, se aplicável;
- b) Aprovação de planos de opções para remuneração de administradores da companhia, se incluir opções de compra "dentro do preço" (preço de exercício da opção é inferior ao da ação subjacente, considerando a data de convocação da Assembleia);
- c) Aquisição, fusão, incorporação, cisão, alterações de controle, reorganizações societárias, alterações ou conversões de ações e demais mudanças de estatuto social, que possam, no entendimento da Gestora, gerar impacto relevante no valor do ativo detido pelo Fundo de Investimento; e
- d) Demais matérias que impliquem tratamento diferenciado;

No caso de ativos financeiros de renda fixa ou mista:

- a) Alterações de prazo ou condições de prazo de pagamento, garantias, vencimento antecipado, resgate antecipado, recompra e/ou remuneração originalmente acordadas para a operação;

No caso de cotas de fundos de investimento:

- a) Alterações na Política de Investimento que alterem a classe CVM ou o tipo ANBIMA do fundo;
- b) Mudança de Administrador ou Gestor, que não estejam entre integrantes do seu conglomerado ou grupo financeiro;
- c) Aumento de taxa de administração ou criação de taxas de entrada e/ou saída;
- d) Alterações nas condições de resgate que resultem em aumento do prazo de saída;
- e) Fusão, incorporação ou cisão, que propicie alteração das condições elencadas nas alíneas anteriores;
- f) Liquidação do Fundo de Investimento; e
- g) Assembleia de cotistas nos casos previstos na ICVM 555.

D. Processo Decisório

A Gestora é o único responsável pelo controle e pela execução da Política de Voto.

Ao tomar conhecimento da realização de uma Assembleia Geral, a Gestora providenciará o instrumento de mandato adequado, indicando o nome e a qualificação do(s) seu(s) representante(s), o dia, hora, local, as matérias a serem deliberadas e, se for o caso, o teor da sua orientação de voto.

A Gestora exercerá o voto sem necessidade de consulta prévia a cotistas ou de orientação de voto específico, ressalvadas as eventuais previsões em sentido diverso nos regulamentos dos fundos.

A Gestora tomará as decisões de voto com base em suas próprias convicções, de forma fundamentada e coerente com os objetivos de investimento dos fundos e sempre na defesa dos interesses dos cotistas.

A Gestora deverá realizar o credenciamento do(s) seu(s) representante(s) no local da Assembleia, na forma estabelecida pelos Emissores dos Títulos e Valores Mobiliários ou por seus agentes.

E. Disposições Gerais

Esta Política de Voto foi aprovada pelo Administrador dos fundos sob gestão da Gestora e encontra-se registrada na ANBIMA onde está disponível para consulta pública.

Quaisquer dúvidas ou questões decorrentes desta Política de Voto poderão ser dirimidas pela Gestora, na Rua Amauri, nº 255, 6º andar, na cidade e estado de São Paulo, CEP 01.448-000, ou através do telefone (11) 4501-0025 ou, ainda, através do correio eletrônico ar@const.com.br